



INVESTIGAÇÃO

Polícia Federal aponta o ex-presidente Jair Bolsonaro como comandante e principal beneficiário da trama para anular resultado das eleições presidenciais. General Braga Netto é suspeito de ser o executor do plano criminoso

Indiciados negam existência de golpe

» LUANA PATRIOLINO
» JÚLIA PORTELA

Personagens centrais de um suposto plano de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro e o general Walter Braga Netto se manifestaram, ontem, contra a Operação da Polícia Federal — que desarticulou o grupo envolvido no plano criminoso. O ex-chefe do Planalto chamou o inquérito de “chifre em cabeça de cavalo” e afirmou que as prisões de militares, os chamados “kids pretos”, foram injustas.

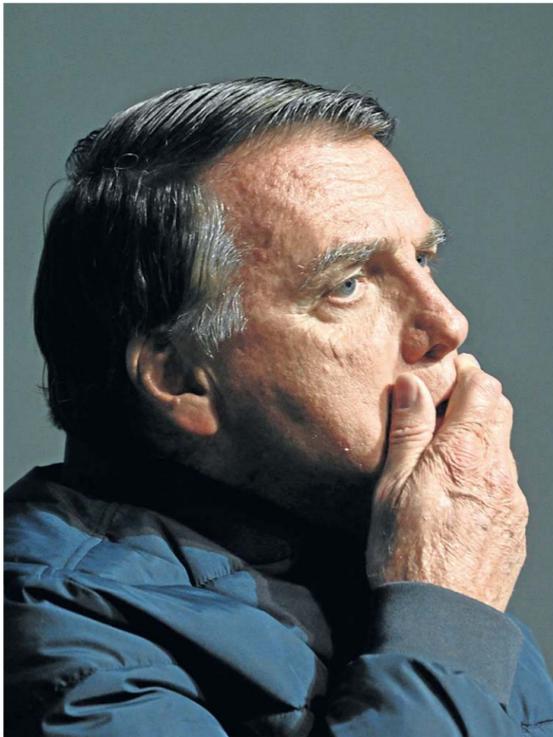
A declaração de Bolsonaro foi dada durante uma transmissão ao vivo no perfil do ex-ministro do Turismo de seu governo, Gilson Machado. Ele ironizou o inquérito e atacou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator da ação na Corte.

“Uma coisa absurda essa história do golpe. Vai dar golpe com um general da reserva e quatro oficiais superiores? Pelo amor de Deus. Quem estava coordenando isso? Cadê a tropa? Cadê as Forças Armadas? Não fique botando chifre em cabeça de cavalo”, afirmou.

As investigações da Polícia Federal apontam que foi montada uma organização criminosa que se utilizou de elevado nível de conhecimento técnico-militar para planejar, coordenar e executar ações ilícitas nos meses de novembro e dezembro de 2022. Eles cogitaram assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva envenenado.

O plano homicida também previa a morte do vice-presidente Geraldo Alckmin, além do sequestro e assassinato de Alexandre de Moraes. O grupo era formado por militares do Exército, da ativa e da reserva, além de um agente da PF, e foi batizado pelos golpistas de “punhal verde e amarelo”.

Evaristo Sa / AFP



PF acredita que Bolsonaro tinha ciência e participação no plano

Na semana passada, foram presos o general da reserva Mário Fernandes, e os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima, Rafael Martins de Oliveira, Rodrigo Bezerra de Azevedo, integrantes dos kids pretos. O policial federal Wladimir Matos Soares também foi detido.

A operação foi embasada nos arquivos que foram deletados do computador do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid e também do general Mário Fernandes, ex-assessor do ex-presidente. A PF conseguiu recuperar as mensagens com teor golpista e o plano de assassinato nesses arquivos.

Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas, a maioria militares, foram indiciados pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado democrático de direito e organização criminosa. Na live, o ex-presidente criticou a prisão dos quatro militares envolvidos na trama.

“Golpe agora não se dá mais com tanque; agora, se dá com táxi. E parece que o sequestro não saiu porque não tinha táxi na hora. É uma piada essa PF do Alexandre de Moraes”, disse Bolsonaro, que está em São Miguel dos Milagres (AL) a convite do ex-ministro, e andou pelas ruas da cidade ontem. “Esses que estão

IsacNbrega/PR



Braga Netto seria o principal executor da tentativa de golpe

sendo presos injustamente agora, de forma preventiva (...). Não encontro um só respaldo da lei que fala da preventiva para prender esses quatro oficiais”, completou. Braga Netto, que foi vice na chapa bolsonarista de 2022, comentou o caso por meio das redes sociais. Ele rechaçou a acusação de querer retomar o comando do país após a derrota nas eleições presidenciais e disse que “nunca se tratou de golpe e muito menos de plano de assassinar alguém”. O pronunciamento foi acompanhado de uma nota de seus advogados.

O texto repudia o que chamou de “criação de uma tese

fantasiosa e absurda em parte da imprensa de que haveria um golpe dentro do golpe”. A menção se deve à possibilidade levantada de que Braga Netto poderia tentar atuar para também derrubar Bolsonaro do poder e assumir a Presidência posteriormente.

A defesa afirma que, ao longo de sua trajetória, o ex-ministro “sempre primou pela correção ética e moral na busca de soluções legais e constitucionais”. Os advogados citaram “lealdade” por parte do general.

“Durante o governo passado (Braga Netto) foi um dos poucos, entre civis e militares, que manteve a lealdade ao presidente

Bolsonaro até o final do governo, em dezembro de 2022 e a mantém até os dias atuais, por crença nos mesmos valores e princípios inegociáveis”, diz.

Suspensão de salário

O subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, solicitou a suspensão do pagamento do salário do ex-presidente Jair Bolsonaro (capitão reformado), que recebe R\$ 12,3 mil.

Na representação, são citados outros 24 militares ativos e da reserva do Exército que foram indiciados pela Polícia Federal (PF) por participação em uma tentativa de golpe de Estado. Entre eles, os generais da reserva Augusto Heleno e Braga Netto, cujos salários, respectivamente, são de R\$ 36,5 mil e R\$ 35,2 mil. Além do tenente-coronel Mauro Cid (R\$ 27 mil).

O subprocurador destacou que os salários dos militares totalizam anualmente R\$ 8,8 milhões. “A se permitir essa situação — a continuidade do pagamento da remuneração a esses indivíduos — o Estado está dependendo recursos públicos com a remuneração de agentes que tramaram a destruição desse próprio Estado para instaurar uma ditadura”, afirmou Furtado.

O representante do MP solicitou também bloqueio de bens no valor de R\$ 56 milhões de todos os 37 indiciados pela PF, além do compartilhamento do inquérito, que está sob sigilo de justiça, com o TCU.

“Por haver esse evidente desdobramento causal entre a trama golpista engendrada pelos 37 indiciados e os prejuízos aos cofres públicos decorrentes dos atos de destruição do patrimônio público em 8 de janeiro de 2023, que montam em R\$ 56 milhões, considero que a medida cautelar também deve abranger a indisponibilidade de bens”, escreveu o subprocurador.

Ex-braço direito é peça-chave da investigação

O acordo de delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, esteve na berlinda após a Polícia Federal identificar contradições e omissões nas declarações do ex-braço direito do ex-presidente Jair Bolsonaro. O militar foi uma figura central no governo anterior. Ele prestou inúmeros depoimentos à PF, ao Congresso e à Câmara Distrital do DF sobre investigações, como as joias da Arábia Saudita e a fraude nos cartões de vacina.

A investigação sobre o plano golpista para tentar impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também envolve Cid. Na semana passada, ele esteve no Supremo Tribunal Federal (STF) para prestar esclarecimentos ao ministro Alexandre de Moraes — que manteve os benefícios da delação.

O primeiro depoimento do tenente-coronel ocorreu em abril de 2023, quando falou sobre o caso das joias sauditas. O inquérito investigou se Bolsonaro e ex-assessores tentaram trazer ilegalmente presentes dados à União. A PF

aponta que os bens teriam ido diretamente para o acervo pessoal do ex-presidente.

De acordo com a investigação, as joias eram avaliadas por especialistas em leilões. Depois de leiloadas, Mauro Cid recebia o pagamento das joias. Por fim, o dinheiro era encaminhado em espécie para Jair Bolsonaro. Pelo caso, foram indiciadas 12 pessoas.

Os investigadores apontam que, “além da existência de um esquema de peculato para desviar ao acervo privado do ex-presidente Jair Bolsonaro”, os investigados tinham “plena ciência das restrições legais da venda dos bens no exterior”.

Cid também prestou depoimentos sobre uma suposta fraude em cartões de vacina. A PF apontou que o documento de vacinação de Jair Bolsonaro teria sido adulterado às vésperas do seu autoexílio nos Estados Unidos, após ser derrotado nas eleições. Segundo a apuração, o registro falso de imunização do ex-chefe do Planalto e de sua filha, Laura, de 12 anos, foi incluído no sistema do Sistema Único de Saúde (SUS) em 21 de

Ed Alves/CB/D.A Press



Polícia Federal encontrou contradições na delação de Mauro Cid

dezembro de 2022 — reta final do mandato bolsonarista.

Outros comprovantes falsos são de Mauro Cid, sua esposa e filhas. Em julho, o ex-aliado de Bolsonaro ficou em silêncio durante seu depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, por orientação de

seus advogados. Ele estava amparado por um habeas corpus do STF que lhe garantia o direito de ficar em silêncio em situações que pudessem incriminá-lo.

Em agosto do mesmo ano, deu dois depoimentos, um na CPI dos Atos Antidemocráticos e outro à PF. Na Câmara Legislativa

do Distrito Federal, o ex-ajudante de ordens afirmou logo no início que faria “uso durante toda essa sessão do meu direito constitucional ao silêncio”.

Mauro Cid também é citado por suposto envolvimento com Walter Delagatti. Conhecido como Hacker da Vaza Jato, o homem disse, em depoimento à CPMI do 8 de janeiro, que se encontrou com Bolsonaro no Palácio da Alvorada em agosto de 2022, para discutir a possibilidade de invasão às urnas eletrônicas. Ele confirmou que o militar estava presente durante o encontro.

O ex-braço direito de Bolsonaro foi solto após assinar um acordo de delação premiada, homologado pelo ministro Alexandre de Moraes. O militar deve usar torção eletrônica, além de estar proibido de sair de casa aos fins de semana e durante a noite.

A delação

O ex-ajudante de ordens relatou aos investigadores da Polícia Federal que Jair Bolsonaro teria se reunido com a cúpula do

Exército, da Marinha e da Aeronáutica após o resultado das eleições de 2022 para discutir detalhes de um possível golpe. Mauro Cid também confirmou que o ex-presidente recebeu em mãos uma minuta com teor golpista.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou que o militar fosse preso novamente por ter omitido informações na delação sobre o ex-ministro Braga Netto e sobre o plano encontrado em seu celular articulado por militares para assassinar Lula, Geraldo Alckmin e Moraes.

Caso a Polícia Federal concluisse que Cid não cumpriu as obrigações do acordo, ele poderá ser alvo de um pedido de rescisão da colaboração. A medida não anularia a delação, mas cancelaria os benefícios, como o direito de permanecer em liberdade.

A defesa de Cid disse que ele “sempre esteve à disposição da Justiça, respondendo a tudo que lhe perguntado”. “Se ainda há algo a ser esclarecido, ele o fará, com toda a prontidão”, diz o comunicado dos advogados. (LP e JP)